UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76
Recredenciamento pelo Decreto nº17.228 de 25/11/2016
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

XXV SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - 2021

ACESSO A REDE DE ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Karolaine dos Santos Oliveira[1]; Gizelly Braga Pires[2]

1. Bolsista PIBIC/CNPq, Graduando em Farmácia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: karolaineoliveira1996@gmail.com
2. Orientador, Departamento de Saúde, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: gizellyp@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Percepção; Criança; Adolescente; Serviços de Saúde Mental; Serviços de Saúde do SUS.

INTRODUÇÃO

Os transtornos mentais são um conjunto de sinais e sintomas específicos acompanhado de um curso natural mais ou menos previsível, salvo na ocorrência de intervenções. A prevalência dos problemas de saúde mental infanto-juvenil está em torno de 20% dentre as crianças e adolescentes no mundo inteiro (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2019).

Diversas são as dificuldades encontradas no acesso aos serviços de saúde mental infanto-juvenil como as dificuldades dos profissionais de saúde no campo da saúde mental de crianças e adolescentes, a peregrinação dos familiares na busca do tratamento e o medo da exposição, pelo preconceito gerado pela sociedade (CAVALCANTE *et al.*, 2012).

O acesso a saúde pode ser compreendido como a relação determinante entre a procura pelos serviços de saúde, destacando as necessidades dos sujeitos e o ingresso nesses serviços, assim, é utilizado como um elemento do sistema voltado para a entrada nos serviços de saúde e a continuidade do tratamento (SANCHEZ, 2012).

Portanto, visando conhecer o modo como ocorre à procura do cuidado em saúde mental para crianças e adolescentes com transtornos mentais, o presente estudo teve como objetivo compreender como se configura o acesso aos serviços de saúde mental no Sistema Único de Saúde (SUS) para crianças e adolescentes a partir da perspectiva do usuário/família/cuidador, a partir de uma revisão integrativa.

MATERIAL E MÉTODOS OU METODOLOGIA (ou equivalente)

Trata-se de um estudo de revisão integrativa, realizado entre março a junho de 2021, a partir das bases de dados LILACS e SCIELO e busca manual das referências dos artigos selecionados nas bases de dados.

Os critérios de inclusão foram artigos originais, com metodologia qualitativa, em inglês, português e espanhol, com trabalho de campo, e que os participantes da pesquisa fossem os usuários/família/cuidador e que se tratasse de acesso aos serviços do SUS. Os critérios de exclusão foram artigos com pesquisa em outros países e artigos de revisão sistemática.

As seleções foram tomadas com base na busca dos descritores em português, indexados nos Descritores de Ciências em Saúde (DeCS) sendo eles: Família; Serviços de Saúde Mental; Adolescente; Criança; Percepção; Acesso aos Serviços de Saúde, utilizando o operador booleano AND e o símbolo $ para truncar o final das palavras criança, adolescente e família.

Assim, foram identificados 325 artigos nas bases de dados SCIELO E LILACS, dentre os quais 115 eram arquivos duplicados, restando 210 artigos. Em seguida analisou-se o título e o resumo, excluindo 203 artigos por não se enquadrarem nos critérios de inclusão, totalizando 7 estudos que foram lidos na integra, excluindo após a leitura dois artigos por não abordar acesso aos serviços de saúde e por se tratar de um inquérito quantitativo, totalizando 5 artigos. Outra estratégia de busca utilizada foi à busca manual em listas de referências dos artigos selecionados nas bases de dados, selecionando dois artigos que se encontravam de acordo com os critérios de inclusão.

RESULTADOS E/OU DISCUSSÃO (ou Análise e discussão dos resultados)

Foram selecionados sete estudos, na análise desses artigos buscou-se compreender como foram abordados os fatores que facilitaram e dificultaram o acesso aos serviços de saúde mental no SUS por criança e adolescentes.

Dentre os fatores que influenciam o acesso aos serviços, os estudos demonstraram que os profissionais de educação têm um papel fundamental no acolhimento das crianças e adolescentes, contribuindo com as equipes de saúde na busca do diagnóstico e tratamento adequado (TSZESNIOSKIET *et al.*, 2014; EBERT *et al.*, 2015).

A Atenção Básica foi o primeiro acesso aos serviços de saúde, possibilitando o acolhimento, criação de vínculo entre os profissionais de saúde e as crianças e adolescentes com transtornos mentais, além de ser facilitadora na compreensão dos

sintomas e alterações de comportamentos, o que tende a contribuir para o acesso a saúde e desenvolvimento de ações na continuidade do cuidado (MONTEIRO *et al*., 2012; TSZESNIOSKIET *et al*., 2014; EBERT *et al*., 2015; DELFINI *et al*., 2017; ROSSI; CID, 2019).

Em relação às dificuldades de acesso, os estudos enfatizam a procura tardia aos serviços de saúde mental devido ao preconceito enfrentado pelas famílias e no desconhecimento desta acerca da saúde mental (NUNES; SANTOS, 2010; MONTEIRO *et al*., 2012; ROSSI *et al*., 2019).

Os estudos demonstraram que a falta de escuta às famílias, impede que eles compreendam o adoecimento, dificultando o acesso e o tratamento. Outro ponto é a constatação de que a falta de conhecimento dos profissionais de saúde acerca dos transtornos mentais das crianças e adolescentes ocasionam muitos diagnósticos incorretos, causando dificuldades na busca do tratamento adequado (NUNES; SANTOS, 2010; TSZESNIOSKIET *et al*., 2014; EBERT *et al*., 2015; DELFINI *et al*., 2017; ROSSI; CID, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS (ou Conclusão)

Através dos estudos analisados pode-se perceber que a participação da escola, da família e de uma atenção básica resolutiva é de suma importância para o acesso ao tratamento de saúde mental no SUS para crianças e adolescentes. Observou-se que as famílias passam por longas peregrinações na busca do acesso aos serviços de saúde mental.

A falta de informação, o preconceito, a falta de acolhimento e o diagnóstico incorreto ou tardio foram fatores que dificultaram o acesso dos usuários nos serviços de saúde.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, C. M.; JORGE, M. S. B.; SANTOS, D. C. M. Onde está a criança? desafios e obstáculos ao apoio matricial de crianças com problemas de saúde mental. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 161-178, 2012. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/physis/a/TB8KRG8dhb4W4z7Jwtz8p8D/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 12 jul. 2021.

DELFINI, P. S. S.; BASTOS, I. T.; REIS, A. O. A. Peregrinação familiar: a busca por cuidados em saúde mental infantil. **Card. Saúde Pública**, São Paulo, v. 33, n. 12, 2017.

EBERT, M.; LORENZINI, E.; SILVA, E. F. Mães de crianças com transtornos autísticos: percepções e trajetórias. **Rev Gaúcha Enferm.**, Rio Grande do Sul, v. 36, n. 1, p. 49-55, 2015.

MONTEIRO, A. R. M. et al. Sofrimento psíquico em crianças e adolescentes: a busca pelo tratamento. **Esc. Anna Nery**, Ceará, v.16, n. 3, p. 523-529, jul./set. 2012.

NUNES, M. A. F.; SANTOS, M. A. Itinerário Terapêutico Percorrido por Mães de Crianças com Transtorno Autístico. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 208-221, 2010.

Organização Mundial da Saúde (OMS). **Agências da ONU discutem como reduzir transtornos de saúde mental de crianças e adolescentes.** Nações Unidas, 2019. Disponível em:<https://news.un.org/pt/story/2019/11/1693471>. Acesso em: 12 jul. 2021.

ROSSI, L. M.; CID, M. F. B. Adolescências, saúde mental e crises: a história contada por familiares. **Caderno Brasileiro**, São Paulo, v. 27, n. 4, p. 734-742, 2019.

ROSSI, L. M. et al. Crise e saúde mental na adolescência: a história sob a ótica de quem vive. **Cad. Saúde Pública**, São Carlos, v. 35, n. 3, 2019.

SANCHEZ, R. M.; CICONELLI, R. M. Conceitos de acesso à saúde. **Revista Panamericana Salud Publica**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 260-268, 2012. Disponível em:<https://www.scielosp.org/pdf/rpsp/2012.v31n3/260-268/PT>. Acesso em: 11 jul. 2021.

TSZESNIOSKI, L. C. et al. Construindo a rede de cuidados em saúde Mental infantojuvenil: intervenções no território. **Ciência e Saúde Coletiva**, Pernambuco, v. 20, n. 2, p. 363-370, 2015.